

[REDACTED]

Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL

[REDACTED]

Senhoria apresentar, *tempestivamente*, nos termos do item 8., **IMPUGNAÇÃO** aos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2024/SUPEL/RO**, segundo os argumentos lógicos jurídicos abaixo aduzidos:

I - Fatos

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, formaliza procedimento licitatório com objetivo de Registro de Preço de empresa(s) especializada(s) na prestação em estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundo com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços conforme Termo de Referência, com o fito de atender a demanda de água para abastecimento público nos municípios de Rondônia.


O Objetivo é selecionar proposta mais vantajosa para a Administração Pública, cujas regras estão estabelecidas no Edital de Licitação na modalidade Pregão, cuja abertura do certame ocorrerá no dia 19/09/2024 às 10:00 horas.

Como critério de habilitação técnica esta sendo exigido a apresentação da seguinte documentação:

12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR;

12.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por execução de obra ou serviço de

[REDACTED]



características semelhantes ao objeto da licitação, observando as seguintes condições:

a) Geólogo devidamente registrado;

12.4.3. A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

a) Carteira de Trabalho;

b) Certidão do CREA/CAU;

c) Contrato social;

d) Contrato de prestação de serviços;

e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

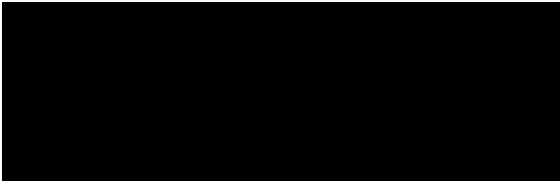
f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

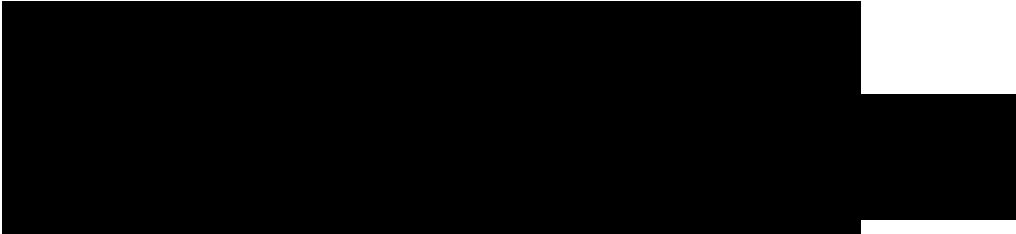
c) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (ANEXO V ou a critério da licitante).

A nosso ver há um excesso de exigência, sendo em nossa análise somente seria exigido o registro ao conselho que fiscalize, no caso do edital: Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Sendo que bastaria apenas a apresentação do registro do órgão que fiscaliza a atividade mais básica como critério de qualificação, ou seja, o CREA/CAU. Seguindo a recomendação do Tribunal de Contas da União, de acordo com o **Acórdão 1463/2024 publicado pelo Tribunal de Contas da União em seção realizada em 24/07/2024**

“a) alega que a exigência não engloba a inscrição concomitante nos três Conselhos (CREA/CAU/CRT) e que a licitante poderia, alternativamente, ter uma das três inscrições; e”





75. Contudo, a jurisprudência do TCU considera que a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), **deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica** ou o serviço preponderante da licitação, sendo possível citar, nesse sentido, o Acórdão 3334/2015-TCU-Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes.

II - PEDIDO E CONCLUSÃO FINAL

Restando demonstrado que há violação aos princípios que regem o procedimento licitatório, pedimos a exclusão da exigência dos itens 21.4 e 21.5 detendo-se a exigência mínima ao registro de entidade de Classe: CREA/CAU.

Nos termos do edital, aguarda-se deferimento.

